

# MULHERES E CONSTRUÇÃO DA PAZ

Tatiana Moura

TSJEARD BOUTA,  
GEORG FRERKS,  
IAN BANNON

**Gender, Conflict  
and Development**

Washington D.C.,  
Banco Mundial,  
2005, 224 páginas

O período de reconstrução pós-bélica é um momento crucial de reconfiguração das relações de poder em sociedades devastadas por conflitos. Por isto mesmo, este período deve ser considerado um momento de possibilidades e de oportunidades de mudança, e não uma fase de reconstrução do passado, ou de um regresso a estruturas de poder desiguais. No entanto, e como salienta Cynthia Enloe (1993), a conceptualização e as práticas de reconstrução de sociedades devastadas por conflitos têm tido, na sua base, as mesmas construções identitárias, as mesmas dicotomias e os mesmos mitos que estiveram na origem dos conflitos. Ou seja, têm correspondido à recriação da dominação masculina com novas formas, à reconstrução de um passado e de uma «normalidade» que fracassou. Por isto mesmo os processos que se seguem à assinatura de acordos de paz não têm significado, para a maioria das mulheres e para alguns homens que vivem em sociedades atingidas por conflitos armados, uma transição para sociedades pacíficas. Isto deve-se, em grande medida, à inexistência de análises sobre a diversidade de expe-

riências, papéis, necessidades e prioridades vividos e sentidos por mulheres (e homens) durante os conflitos.

De facto, e apesar de recentes, as análises sobre a participação das mulheres em conflitos armados e na reconstrução de sociedades devastadas por estes conflitos nem sempre tiveram como principal objectivo ir além ou questionar a narrativa universalista das «experiências de guerra» das mulheres, e de certa forma continuam a ser moldadas por discursos e abordagens que recorrem frequentemente a estereótipos que perpetuam e reproduzem a marginalização e a subalternização de alguns colectivos, em particular das mulheres.

## **DO DISCURSO DA NEUTRALIDADE**

### **AO DISCURSO DA CAPACITAÇÃO**

Até inícios dos anos 80 o discurso que dominou os debates e os documentos produzidos por instituições internacionais foi o da *neutralidade*, um discurso cego aos distintos papéis sociais assumidos por mulheres e homens. A guerra era considerada um terreno masculino, vedado às mulheres, e por isso mesmo os discursos

produzidos e resultantes das suas análises não tinham em conta a participação das mulheres nos conflitos nem os impactos das guerras nas suas vidas. Ao longo dos anos 90, com o reconhecimento das ameaças e impactos diferenciados que as chamadas «novas guerras» (Kaldor, 1999) têm nas vidas de mulheres e homens, o discurso predominante na análise dos conflitos armados foi o da fragilidade e da vulnerabilidade das mulheres, ou o discurso da vitimização. No entanto, este discurso oculta vários perigos. Um dos principais riscos da conceptualização das mulheres enquanto vítimas é o da reprodução e reforço de processos que, ao recorrerem à universalização e à divisão simplista de papéis sociais de mulheres e homens, não conduzem à capacitação (*empowerment*) das mulheres e têm como único objectivo a redução do seu sofrimento. Ou seja, apesar de importante, por reconhecer um dos impactos dos conflitos armados nas vidas de um colectivo particularmente afectado pelas guerras, este discurso parece reduzir a participação das mulheres, em tempo de guerra e nos processos de reconstrução pós-conflito, à violência sexual.

Em meados dos anos 90 emerge outro tipo de discurso, como reacção ou crítica ao discurso da vitimização: o discurso da capacitação. Este discurso reconhece que as guerras afectam a população civil em geral, e que cada grupo da sociedade vive e sente os impactos dos conflitos de forma distinta. Este tipo de análise e de discurso procura dar uma resposta à necessidade de reconhecer outros papéis, outras prioridades e outras alternativas veiculadas e assumidas por mulheres e grupos de

mulheres em contextos de conflito e pós-conflito.

Cordula Reimann defende, no entanto, que as análises de conflitos e de gestão de conflitos são ainda dominadas por uma «cegueira de género», ou seja, não consideram central a análise das relações de poder hierárquicas e desiguais entre homens e mulheres (relações de género) existentes nas sociedades que vivem uma guerra. Sendo pretensamente neutras, estas abordagens reproduzem dicotomias que se espelham na separação entre o público e o privado. Esta divisão tende a «invisibilizar» o privado e a despolitizar as necessidades e actuações das mulheres (Reimann, 2001: 31 in Moura, 2005). Reimann sublinha que, mesmo quando surge incluída, a mulher aparece frequentemente como «mulher modelo que serve interesses empíricos», minimizando identidades em constante mutação, bem como a grande diversidade de papéis assumidos por mulheres e homens (2001: 25). No entanto, durante os conflitos ocorre um esbatimento das barreiras culturais e legais, a divisão dos papéis sociais característica da fase de pré-conflito é temporariamente esquecida e os papéis das mulheres considerados tradicionais transformam-se. Os novos papéis e experiências, aos quais Clara Murguialday e Norma Vázquez (2001: 36) chamam de *experiências parênteses* moldam as identidades, as expectativas e as necessidades das mulheres para o período pós-conflito.

Apesar de ser genericamente aceite que mulheres e homens são afectados e reagem de forma diferente a conflitos armados, e que as relações de género sofrem

alterações substanciais em resultado dos conflitos, as agências de desenvolvimento têm tido dificuldade em traduzir esta informação em políticas práticas e em promover mudanças positivas nas relações de poder no período do pós-guerra. *Gender, Conflict and Development* pretende justamente incluir o género enquanto categoria analítica nas abordagens aos conflitos armados e integrá-lo nas actividades e políticas de agências como o Banco Mundial, que apoiam países que vivem uma fase de transição de um conflito para o desenvolvimento de longo prazo. Este livro resulta de uma parceria entre a Unidade de Investigação sobre Conflitos (Conflict Research Unit) do Clingendael (Netherlands Institute of International Relations) e a Unidade de Prevenção e Reconstrução de Conflitos do Banco Mundial. Os seus autores, Tsjearld Bouta (investigador da Unidade de Investigação sobre Conflitos do Clingendael), Georg Frerks (director da mesma Unidade e professor na Universidade de Utreque) e Ian Bannon (economista do Banco Mundial, com larga experiência em processos de reconstrução pós-bélica na América Latina) pretendem chamar a atenção para o facto de as agências de desenvolvimento se centrarem, em grande medida, no período pós-conflito, negligenciando as relações de poder (desiguais) existentes na fase anterior e durante os conflitos. Para além disso, apresentam uma análise que tem como objectivo ultrapassar as abordagens essencialistas e simplistas da realidade que têm pautado os discursos da neutralidade e da vitimização adoptados por estas agências, espelhadas nas políti-

cas desenhadas para dar resposta a apenas algumas experiências vividas por mulheres e homens (associando os homens à violência e as mulheres à construção da paz).

## **GÉNERO E DESENVOLVIMENTO**

Desde a década de 80 que a integração de «questões de género» nas políticas de desenvolvimento em países devastados por conflitos tem sido uma preocupação do Banco Mundial. Foram levadas a cabo algumas alterações dentro da instituição no sentido de reforçar a necessidade de articulação entre género e desenvolvimento, nomeadamente através da criação, em 1997, do Gender and Development Board e da apresentação da *estratégia de integração de género* (elaborada pela Direcção Executiva em 2002)<sup>1</sup>. No entanto, esta estratégia não tem em consideração os desafios e oportunidades colocados por países afectados por conflitos ou que vivem processos de reconstrução pós-bélica apoiados por agências de desenvolvimento.

Neste sentido, os dez capítulos temáticos que constituem o livro pretendem dar conta das dimensões de género dos conflitos armados contemporâneos que, de algum modo, estão relacionadas com a agenda do Banco Mundial. Em cada capítulo ou tema os autores analisam: os papéis específicos de género (desempenhados por mulheres e homens) antes, durante e após os conflitos armados; as alterações sofridas por estes papéis ao longo do conflito; os desafios colocados às políticas e práticas de desenvolvimento no sentido de promover alterações positivas nos papéis sociais de mulheres e

homens; e, finalmente, as opções políticas para lidar com estes papéis, dinâmicas e desafios de género.

Após uma breve introdução, os autores abordam as dimensões de género das práticas de guerra (capítulo 2), analisando os papéis que mulheres (e homens) podem ou são obrigados a assumir em tempos de guerra, enquanto agentes da violência (combatentes em exércitos regulares ou em forças de guerrilha), assumindo papéis de apoio (cozinheiras, transportadoras de mensagens), entre outros, tentando dar conta das expectativas frustradas, dos fracassos e dos desafios que se colocam às políticas de segurança e de reintegração das agências de desenvolvimento para o período do pós-guerra.

Outra das prioridades das mulheres, seja em tempo de guerra seja de pós-guerra, tem a ver com as fontes de insegurança. A violência sexual, utilizada como uma das mais recorrentes estratégias de guerra e como forma de demonstração de poder, em particular nos conflitos contemporâneos, constitui uma ameaça dirigida, em grande medida, às mulheres (veja-se o caso da ex-Jugoslávia, por exemplo). Como afirmam os autores no terceiro capítulo do livro, na transição do conflito para a paz parece operar-se uma transferência da violência sexual (ou violência de género em geral) da esfera pública para a esfera privada, como se comprova pelo aumento da violência doméstica. No entanto, as políticas e programas de reconstrução de sociedades atravessadas por conflitos, ao adoptarem uma abordagem de género, não podem negligenciar o facto de, por ser uma forma de demons-

tração de poder e de humilhação do/a inimigo/a, a violência sexual poder igualmente vitimar homens, que devem também ser alvo de assistência e de apoio.

O quarto e quinto capítulos analisam uma das distinções recorrentes nas análises sobre reconstrução pós-bélica: o caminho formal e informal que conduz à paz. O primeiro, público, altamente androcêntrico, é caracterizado pela ausência de mulheres, em grande medida porque é através deste processo que se definem os níveis de influência, os mecanismos de distribuição de recursos e se traça o quadro legal para o pós-guerra (analisado no quinto capítulo). O segundo, mais privado, é caracterizado pelas acções de organizações locais de mulheres que, ao serem consideradas uma extensão natural do seu papel social, não são tidas como relevantes na fase de reconstrução política do país.

De certa forma podemos afirmar que a divisão entre a esfera formal e informal dos processos de paz se reflecte, durante e após os conflitos, na feminização do trabalho urbano informal ou do trabalho agrícola (que passa a ser da responsabilidade das mulheres, perante a ausência dos homens, apesar de frequentemente as mulheres verem negado o direito de possuir ou herdar terras). O sector de emprego formal tende a recuperar após o conflito. No entanto, como é referido neste capítulo sobre género e trabalho, o regresso às divisões laborais existentes na fase pré-conflito faz com que este sector seja maioritariamente ocupado por homens, como se verificou nos casos de Angola, Moçambique ou na ex-Jugoslávia (p. 98), ignorando e marginalizando capa-

idades adquiridas por mulheres durante o conflito armado.

Em tempo de guerra, e em consequência dos papéis de gênero patriarcais que se prolongam e agudizam neste período, são geralmente as mulheres as principais responsáveis pela prestação de cuidados de saúde e educação às suas comunidades, como se constata no sétimo capítulo. No entanto, perante o colapso do Estado nestas situações, estes serviços sociais tendem a passar por um período de informalidade e de precariedade, ou a assumir um carácter informal. Alguns estudos revelam que em países como a Eritreia, a Etiópia ou o Ruanda, por exemplo, as mulheres desempenharam um papel crucial na reabilitação de escolas e centros de saúde, devido às redes sociais criadas e fortalecidas durante o conflito (p. 118). Não obstante, no período de reconstrução pós-bélica, a médio prazo, estas são tarefas que continuam a ser consideradas enquanto extensão natural dos papéis das mulheres, e portanto não são profissionalizadas ou remuneradas. Por outro lado, nem sempre é facilitado o acesso à educação por parte de meninas e mulheres, no pós-guerra, ou mesmo serviços de saúde reprodutiva.

No nono capítulo são analisadas as dimensões de gênero do desenvolvimento comunitário, da revitalização da sociedade civil e a importância do desenvolvimento local (e das agências de desenvolvimento) na reconstrução do capital social, através da promoção de associações locais, da participação comunitária e do reforço do tecido social. No entanto, a especificidade, as normas culturais e as relações de

poder existentes nos países receptores da ajuda para este tipo de desenvolvimento devem ser tidas em consideração, uma vez que as mulheres podem lidar com constrangimentos à sua participação e/ou representação nestes processos.

### **PARA ALÉM DO FEMINISMO**

Após os capítulos temáticos, os autores propõem uma síntese de todas as opções de políticas de médio e longo prazo que foram avançadas em cada um dos temas – que dizem respeito essencialmente ao mandato e agenda do Banco Mundial (apesar de poderem ser utilizadas por outras agências de desenvolvimento) – e identificam outras áreas ou temas que devem ser analisados. De um modo geral, salientam a necessidade de ir além das perspectivas reducionistas que associam gênero a mulheres, e de aprofundar as abordagens sobre identidades e mudanças de identidades antes, durante e após os conflitos armados.

Não se trata, portanto, de, à semelhança do reivindicado pelas críticas feministas às Relações Internacionais ou pelas abordagens feministas aos conflitos armados, «colocar o gênero» ou incluir as perspectivas das mulheres numa fórmula *ad-hoc* nas análises de conflitos ou de processos de reconstrução pós-bélica: as relações de poder já lá estão (Moura, 2005). Isso é evidente nas estruturas sociais hierárquicas que têm vindo a ser reproduzidas e perpetuadas pelos processos de reconstrução pós-conflito ou pelos programas de desenvolvimento. Trata-se, em síntese, de analisar o modo como são mantidas e perpetuadas, para poderem ser minimizadas. **RJ**

## NOTAS

<sup>1</sup> Banco Mundial (2002), *Integrating Gender into the World Bank's Work: A Strategy for Action*. Washington D.C.: Banco Mundial.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

ENLOE, Cynthia (1993), *The Morning After: Sexual Politics at the End of the Cold War*, Berkeley, University of California Press.

KALDOR, Mary (1999), *New and Old Wars: Organised Violence in a Global Era*, Polity Press/Stanford University Press.

MOURA, Tatiana (2005), *Entre Atenas e Esparta. Mulheres, Paz e Conflitos Armados*, Coimbra, Quarteto editora.

MURGUIALDAY, Clara e Vázquez, Norma (2001), «Gênero y Reconstrucción Posbélica», *Papeles de Cuestiones Internacionales* n.º 73. CIP: Madrid, pp. 33-39.

REIMANN, Cordula (2001), «Engendering the Field of Conflict Management: Why Gender Does Not Matter! Thoughts from a Theoretical Perspective», *University of Bradford Peace Studies Papers*, 4<sup>th</sup> series, Working Paper 2, Janeiro de 2001.